

ENTRE A SUSPEIÇÃO E A EMPATIA: desafios e limites da pesquisa sobre o curso de vida de adolescentes autores de atos infracionais

Lucas Caetano Pereira de Oliveira¹

Gabriela Gomes Cardoso²

 Bráulio Figueiredo Alves da Silva^{3*}

Palavras-Chave

sistema de justiça juvenil / trabalho de campo / perspectiva do curso de vida

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO. 1.1 O Plano Individual de Atendimento: a história oficial.

1.2 O que o panóptico vê? 1.3. Para além do panóptico. 2 RELATOS DE CAMPO E SITUAÇÕES DE ENTREVISTA.

2.1 A Recusa. 2.2 O jovem, a casa, a família. 2.3. A Mãe. 2.4. A Rua.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS. 4 REFERÊNCIAS

Resumo

Neste trabalho pretendemos refletir sobre a metodologia e o trabalho de campo da pesquisa “Trajetórias e narrativas de adolescentes: efeitos deletérios no curso de vida e a resposta infracional”. Essa pesquisa se destinou a investigar o curso de vida de 373 jovens que passaram pelo Sistema de Justiça

Juvenil (SJJ) na cidade de Belo Horizonte. Entre novembro e dezembro de 2016, coletamos dados sobre esses jovens através de análise documental do Plano Individual de Atendimento (PIA), documento obrigatório integrante dos processos do Sistema de Justiça Juvenil em que um técnico narra alguns pontos da história do jovem. Posteriormente procuramos encontrar uma amostra desses jovens em seu território para realização de uma entrevista narrativa, com o intuito de conhecer sua visão sobre sua própria história. O processo de busca foi registrado em notas de campo, que retratam encontros, desencontros e percepções sobre as situações vivenciadas pelos pesquisadores. No presente trabalho, nos questionamos sobre os desafios e quais são as condições necessárias para o deslocamento de uma atitude de suspeição para o estabelecimento de relações de empatia entre o pesquisador e o sujeito de pesquisa. Refletiremos também sobre o contexto, em que a própria abordagem do pesquisador desperta a suspeição dos sujeitos de pesquisa.

¹ Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisador do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP)

² Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisadora do pesquisador do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP)

³ Professor Adjunto do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (DSO/UFMG) e pesquisador do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP)

* Financiamento do CNPq - Bolsa de Produtividade - Processo 306131/2018-8

BETWEEN SUSPICION AND EMPATHY: challenges and limits of research on the life course of adolescent offenders

Lucas Caetano Pereira de Oliveira
Gabriela Gomes Cardoso

 *Bráulio Figueiredo Alves da Silva*

Keywords

juvenile justice system / fieldwork /
life course perspective

Abstract

In this work we intend to reflect on the methodology and fieldwork of the research “Trajectories and narratives of adolescents: deleterious effects on the course of life and the infraction response”. This research aimed to investigate the life course of 373 young people who passed through the Youth Justice System (SJJ) in the city of Belo Horizonte. Between November and December 2016, we collected data on these young people through documentary analysis of the Individual Service Plan (PIA), a mandatory document that is part of the processes of the Youth Justice System in which a technician narrates some points in the young person’s history. Later, we tried to

find a sample of these young people in their territory to conduct a narrative interview, in order to get to know their vision of their own history. The search process was recorded in field notes, which depict encounters, mismatches and perceptions about the situations experienced by the researchers. In the present work, we ask ourselves what are the necessary conditions for the displacement of an attitude of suspicion for the establishment of empathic relations between the researcher and the research subject. We will also reflect on the context, in which the researcher’s own approach arouses the suspicion of the research subjects.

1. INTRODUÇÃO

A *perspectiva do curso de vida* tem origem com a primeira geração de pesquisadores da Escola de Chicago que estavam interessados na mudança social causada pelo contexto de modernização no início do século XX. Eles perceberam que eventos estruturais como migração, guerras e crises econômicas influenciavam as *coortes* e alteravam o *curso de vida* dos indivíduos. Em termos metodológicos, essa perspectiva permite situar os sujeitos historicamente e compreender o impacto comum de eventos e circunstâncias. Além disso, o uso da dimensão temporal como categoria analítica também se mostra útil, uma vez que o envelhecimento e o desenvolvimento são processos contínuos, isto é, o tempo existente entre nosso nascimento e morte, é o período no qual os indivíduos se desenvolvem biológica, psicológica e socialmente. (ELDER, 1985)

Um das obras seminais neste contexto é “The Jack Roller: A Delinquent Boy’s Own Story” de Clifford Shaw ([1930] 2013). Nesse trabalho, somos apresentados à autobiografia de Stanley, jovem com o qual Shaw, que era técnico do Sistema de Justiça Juvenil, manteve contato durante seis anos. Neste período, Shaw pôde acompanhar e entender o comportamento e o background do jovem, trabalhando em prol de sua ressocialização. Dessa forma, para o sociólogo, a história de vida cumpria uma missão dupla, por um lado era uma forma de tratar e estudar jovens infratores, mas também oferecia base para um plano de tratamento individualizado às atitudes, adequado aos interesses e à personalidade do jovem. Além disso, esse tipo de abordagem seria interessante pois, daria suporte para construção de estudos exploratórios e orientações preliminares

que permitiriam compreender problemas específicos e formular hipóteses.

Esse estudo clássico do início do século XX revela-se importante, também, sob o ponto de vista do agente, isto é, permite reconstruir suas atitudes, sentimentos, interesses, dilemas, bem como a forma como o sujeito concebe seu papel em relação aos outros e as interpretações que faz das situações que vive. Além disso, permite conhecer o contexto cultural e social ao qual o agente é responsivo. Em outras palavras, as ações humanas não podem ser entendidas e explicadas fora de seu contexto, assim as histórias de vida permitem estudar a maneira pela qual as tradições, costumes e regras das vizinhanças, instituições, famílias e grupos de pares são incorporados pelos jovens. Permite assim, conhecer situações vivenciadas nesses contextos e as atitudes, gestos e atividades dos outros agentes aí inseridos.

Por outro lado, Shaw (2013) pontua que o uso dessa ferramenta com fins científicos dependeria da existência de um material suplementar que serviria para checar a autenticidade da história e oferecer uma base confiável para a interpretação das experiências e situações descritas nos documentos, sendo que a ausência desse material poderia tornar as interpretações questionáveis.

Dessa maneira, no presente trabalho resolvemos refletir sobre os desafios empíricos que a adoção dessa orientação teórica trouxe e como as situações em que foram conduzidas as entrevistas ou vivenciadas em campo podem ter influenciado naquilo que foi narrado aos pesquisadores. A partir da próxima seção, passaremos a descrever o desenvolvimento de nosso processo de pesquisa.

1.1 O Plano Individual de Atendimento: a história oficial

Em 2016 iniciamos uma pesquisa cuja finalidade era investigar eventos, transições e rupturas no curso de vida de jovens a quem se atribui autoria de ato infracional, com o intuito de explicitar os fatores que levam esses jovens a desenvolver trajetórias infracionais e oferecer alguns apontamentos para a compreensão do processo de entrada, adesão e desistência destas trajetórias. Além disso, essa pesquisa buscava entender se o Sistema de Justiça Juvenil incapacita ou empodera os jovens nessa direção.

Teoricamente, nosso referencial se fundamenta nos estudos sobre histórias de vida que tem um interesse renovado a partir dos anos de 1970. Neste contexto, uma série de conceitos e princípios com o objetivo de constituir um programa de pesquisa amplo e interdisciplinar envolvendo o estudo dos cursos de vida de diversos indivíduos é apresentado por Elder (1985). Sob essa perspectiva, as trajetórias individuais são compreendidas como múltiplas linhas desenvolvimentais que podem variar e mudar de direção, de grau e de proporção e estão intimamente ligadas às *transições*, que se referem a mudanças de status, posição ou situação. As trajetórias não são necessariamente pré-determinadas ou absolutamente previsíveis, ainda que algumas tenham maior ou menor probabilidade de acontecer devido a expectativas e normas concernentes à idade (GOES ET AL, 2019). Assim, por exemplo, esperamos que aos 7 anos uma criança conviva com genitores e irmãos (trajetória familiar) e vá a escola (trajetória escolar). De mesmo modo, as transições não são fixas e podem ocorrer simultaneamente (entrar no mercado de trabalho, casar, ter filhos) e po-

dem ser descritas segundo seu *timing*, sua sequência e sua duração (BLANCO, 2011). Para Elder (1985), a dinâmica do curso de vida se dá através da relação de interdependência entre as trajetórias e as transições, sendo as transições mais evidentes, aquelas marcadas por *eventos* que estão inseridos dentro das trajetórias no curso de vida de cada indivíduo.

A oportunidade de explorar essa perspectiva teórica apresentou-se com a obrigatoriedade instituída pelas diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), da necessidade de elaboração de um Plano Individual de Atendimento (PIA) para todos os adolescentes que passam pelo Sistema de Justiça Juvenil. O PIA é elaborado a partir do atendimento técnico realizado nas instituições responsáveis pela execução das *medidas socioeducativas* e tem o objetivo de orientar a realização de um diagnóstico interdisciplinar, a partir da *trajetória* infracional, familiar, escolar, laboral e médica dos adolescentes, servindo primordialmente como guia para as decisões judiciais. Isso significa que o objetivo do PIA é elaborar descrições convincentes do que aconteceu para justificar as ações da equipe e eventualmente sugerir o encerramento ou a reavaliação da medida socioeducativa. Além disso, esses relatórios também funcionam como uma espécie de *accountability* institucional, uma vez que, servem como instrumento mobilizado pelos juízes para avaliar e fiscalizar o trabalho realizado (ALMEIDA, 2017).

Em nosso contexto de pesquisa, o modelo do PIA muda conforme o grau de restrição de liberdade imposto pela medida socioeducativa. Assim, as medidas de meio aberto (advertência, prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida) contam com

um modelo de PIA mais enxuto, enquanto o modelo do PIA para aqueles que recebem medida em meio fechado (semiliberdade e internação) é expandido, contando com algumas questões a mais e com uma parte qualitativa muito mais rica em detalhes. Como um todo, as informações quantitativas reunidas no PIA contemplam variáveis como sexo, raça, idade, endereço, escolaridade, passagens por instituições da rede de assistência social, uso de drogas; informações relativas a trajetória infracional - como tipo de ato infracional, data de cometimento e medida socioeducativa aplicada; além de informações relativas à composição familiar como número de membros, idade, renda, escolaridade e ocupação de cada membro da família. Já a parte qualitativa conta com relatórios em que os técnicos do socioeducativo - normalmente assistentes sociais ou psicólogos - tecem uma narrativa que reconstrói as trajetórias dos adolescentes atendidos do nascimento até o momento daquela passagem pelo Sistema de Justiça Juvenil. Essa narrativa é estruturada com base nos seguintes eixos determinados pela lei do SINASE: ato e trajetória infracional, família, relações sociais, escolarização, profissionalização e trabalho, cultura esporte e lazer e saúde.

É possível argumentar que esse material se aproxima de um *exame* tal qual descrito por Foucault (2008) no qual é demonstrado a incorporação de saberes médicos, pedagógicos, psicológicos e sociológicos, aos saberes jurídicos. A mobilização desses saberes pelo Sistema de Justiça Juvenil produz um regime discursivo que *torna visível* certos aspectos sobre os indivíduos sob o seu juízo. O *exame* ao possibilitar marcar desvios, características, aptidões dos indivíduos, permite a hierarquização e classificação entre os “normais” e os “anormais”, os “bons” e os

“maus” sujeitos. Segundo Garland (1996), essa forma de pensamento dá origem ao que ele chama de *criminologia do outro* que pode criar uma imagem exótica do ofensor, descrevendo-o como vulnerável ou mal socializado. Desse modo, esses tipos de subjetividades são produtos desses saberes constituídos e organizados em um circuito de ‘tratamento’ e punição.

No entanto, não se pode negar que a situação em que um adolescente autor de ato infracional encontra um técnico do socioeducativo é marcada por uma série de suspeições por parte deste último. Esta suspeita que o envolvimento com as drogas ou a ausência de supervisão familiar são possíveis causas da infração pela qual o jovem deve se responsabilizar. Essa lógica de suspeição modula o relato feito pelo adolescente e pelos seus familiares. Dessa forma, é preciso considerar que simultaneamente a essas relações de saber-poder, são desenvolvidas estratégias de resistência, como a troca de informações entre os adolescentes sobre o que precisa ser dito, a dissimulação de comportamentos e a manipulação da identidade por parte dos adolescentes e familiares. (ALMEIDA, 2016). Assim, essa etapa, por mais que seja construída, em alguns casos, com a colaboração e até envolvimento das partes, possui suas limitações no âmbito de uma análise retrospectiva do curso de vida.

1.2 O que o panóptico vê?

Entre os meses de novembro e dezembro de 2016, foram coletados 373 PIAS no Setor de Atendimento das Medidas Restritivas de Liberdade (SAMRE) que funciona dentro do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA-BH)⁴

⁴O CIA-BH abriga no mesmo edifício a Vara Infracional da Infância e Juventude, a Promotoria da Infância e Juventude, a Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas (SUASE) e as Polícias Militar e Civil.

e é responsável por direcionar ao arquivamento os processos finalizados na Vara Infração da Infância e Juventude. Recolhemos informações de todos os PIAS que estavam disponíveis para a consulta nesse setor, de modo que julgamos que as informações coletadas podem ser representativas do universo de adolescentes que passaram pelo CIA BH em 2016. Tabulamos a parte quantitativa usando o software SPSS e digitamos o conteúdo dos relatórios técnicos em documentos de word, que posteriormente foram analisados com o auxílio do software Atlas.TI

Os jovens que compõe a amostra desta pesquisa nasceram entre 1994 e 2003, sendo que ao fim do ano de 2018, 92,5% deles serão maiores de 18 anos de idade. Os adolescentes do sexo masculino correspondem a 88,5% e os pretos e pardos representam 80% do total. Cerca de 52,5% dos jovens residia apenas com a mãe, sendo que 55,2% delas tinham escolaridade inferior a nove anos de estudo. Desse modo, grande parte das mães trabalhava em ocupações de baixo status socioeconômico como domésticas, faxineiras ou auxiliares de serviços gerais. Não há informações sobre 71,6% dos pais, sendo que os poucos sobre os quais há dados estatísticos verifica-se mesma tendência que a observada entre as mães: baixa escolaridade e ocupações manuais na área da construção civil principalmente como pedreiros, mestres de obra e ajudantes. Talvez o baixo capital cultural dessas famílias tenha impacto sobre a realidade de evasão escolar que caracteriza o público da Justiça Juvenil: 77,1% dos jovens estavam em situação de defasagem idade-série. Além disso, 42,9% admitiram usar drogas lícitas e 59% admitiram o uso de drogas ilícitas. Cerca de 38,7% dos adolescentes estavam cumprin-

do medida socioeducativa por roubo, 25,1% por tráfico de drogas e 10,9% por furto. Assim, somente esses três atos infracionais são responsáveis por 74,7% das infrações respondidas por esses jovens naquele momento, sendo que 40% dos adolescentes já haviam passado anteriormente pelo Sistema de Justiça Juvenil.

Essas estatísticas nos dão alguma noção sobre a posição da clientela do Sistema de Justiça Juvenil no espaço social. No entanto, elas não nos permitem enxergar as nuances por trás de cada história individual. Este é o objetivo dos relatórios elaborados pelos técnicos do sistema socioeducativo. Porém, o PIA revela muito não só sobre os jovens infratores, mas também sobre o funcionamento do Sistema de Justiça Juvenil.

É comum o apontamento de problemas na vida e trajetória dos adolescentes, sendo estes muitas vezes apontados como fatores que contribuíram para o adolescente cometer a infração. Além disso, atividades e encaminhamentos são formulados como meio de intervir no comportamento dos adolescentes. Isso fica claro nos excertos abaixo:

Quanto ao ato infracional, Fernando informa que tinha envolvimento com o tráfico de drogas e que fora apreendido em meados de 2013 portando droga. Afirmou que teve outras passagens infracionais cuja medida destinada foi a advertência. Fernando conta que abandonou o tráfico de drogas quando um amigo próximo que também tinha envolvimento com a criminalidade fora assassinado. A partir desta experiência, ele pode repensar seu comportamento e observar o risco de se envolver com tal prática ilícita. A mãe afirma que percebeu mudanças positivas no filho depois de tal fato, visto que ele pas-

sou a procurar trabalho e está mais caseiro. Vale lembrar que o adolescente recebeu uma medida PSC da justiça comum, por desacato a autoridade. Ele retornou ao serviço após descumprimento e passar por audiência de justificação. Fernando mora com a mãe e sua irmã de 12 anos. A mãe trabalha como auxiliar de serviços gerais e sua irmã é estudante. O adolescente não teve a paternidade reconhecida pelo seu progenitor, que teve uma relação casual com a mãe e posteriormente não se interessou por reconhecer o filho quando Eliete o procurava. Fernando não tem contato com o pai, apesar do pai do adolescente as vezes frequentar o bairro onde moram. A mãe relata que a família é unida e que, apesar de Fernando ter se envolvido com a criminalidade, ele sempre foi muito verdadeiro e sempre informou a mãe de suas ações. Diante disso, ela sempre pode conversar com o adolescente abertamente e aconselhá-lo quando ele adota uma postura que ela julga como errada. Fernando está fora da escola desde 2011 e cursava o 7º ano na E. E. [Nome da Escola]. Ele tem planos de voltar a estudar este ano no EJA da escola [Nome da Escola], mas a família está com dificuldades de pegar o histórico do adolescente na antiga escola. O adolescente não apresentou intercorrências relacionadas a saúde. Ele e sua família são referenciados no centro de Saúde [Nome do Bairro]. Fernando recebeu a medida protetiva VI, mas discorda que seja necessário passar por tratamento, visto que ele informa que não tem usado mais drogas. Fernando estava trabalhando como servente de pedreiro, só que a empresa que ele trabalhava encerrou a obra e dispensou os funcionários no final de 2014. O adolescente tem distribuído currículos

e está em busca de emprego para trabalhar com carteira assinada. O adolescente e a família têm bom relacionamento com seus vizinhos e dentro da comunidade, não apresentando intercorrências relacionadas às relações sociais e comunitárias que a família desenvolve.

Wagner, 18 anos, compareceu acompanhado de sua mãe Sra. Eliana, para dar início ao cumprimento da Medida Socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade. O jovem foi em decorrência do art. 155 (furto). Quanto ao contexto familiar, Wagner reside com a mãe, de 37 anos e com a irmã Jéssica, de 16 anos. De acordo com o jovem, ele possui outro irmão. Victor, de 19 anos, que reside em [cidade da RMBH]. Seu pai. Sr. Wilton faleceu há aproximadamente 4 anos. A residência não pertence a área CRAS e a Sra. Eliana informou que a família não recebe nenhum benefício socioassistencial. Cabe salientar que, de acordo com a técnica do PAEFI a família foi acompanhada pelo referido serviço até novembro de 2014, data em que o caso foi desligado. Cabe salientar que a Sra. Eliana apresentou disponibilidade para acompanhar o filho sempre que necessário e nesse contexto, ressaltamos a importância da participação da família para a efetivação das propostas presentes no Plano individual de Atendimento No que se refere ao contexto escolar, Wagner abandonou os estudos em 2014 e não chegou a concluir o 8º ano do Ensino Fundamental na Escola Municipal [Nome da Escola]. De acordo com Wagner, ele pretende retomar os estudos neste ano. Ao longo do acompanhamento do caso, continuaremos trabalhando para o retorno do jovem a escola e pretendemos articular junto à Gerência Re-

gional de Educação o retorno do jovem a escola. No que tange a profissionalização e trabalho, Wagner afirmou que nunca realizou curso profissionalizante e possui interesse em realizar um curso na área de mecânica. Atualmente, o jovem não está trabalhando. Ao longo dos atendimentos, será trabalhado sobre a importância do eixo profissionalização e trabalho, com vistas a fomentar o interesse de Wagner quanto a este eixo. Finalmente, quanto à construção do posto de atividade para o cumprimento da Medida Socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade, Wagner sugeriu, inicialmente, a Escola Estadual [Nome da Escola].

Nestes trechos percebe-se a mobilização da rede administrativa do Estado e mais especificamente da assistência social com o intuito de induzir uma transformação dos sujeitos e evitar a reincidência. As ações propostas se concentram na reinserção do jovem à educação formal e ao mercado de trabalho, demonstrando a valorização destes campos como forma de incentivo ao abandono das atividades ilícitas. Assim, os técnicos do socioeducativo buscam esmiuçar e avaliar principalmente os laços entre os adolescentes em conflito com a lei e seus familiares, a relação destes jovens com a escola, com as drogas e com a comunidade. Esses elementos constituem 'grade analítica' que permite identificar os riscos e o grau de vulnerabilidade em que esses sujeitos se encontram para fomentar as intervenções julgadas necessárias. Ou seja, percebe-se que a classificação realizada pela equipe técnica se embasa nas atividades formais que se espera para determinada faixa de idade, e os esforços para a ressocialização se concentram na retomada destas atividades consideradas "normais".

1.3 Para além do panóptico

Dada as limitações dos relatos contidos nos PIAS, e movidos por uma curiosidade em encontrar a riqueza do curso de vida dos sujeitos, buscou-se localizar e ouvir a história de vida contada por uma amostra dos agora não mais adolescentes. Para tanto, nosso olhar através das narrativas se concentrou em identificar *eventos* ou acontecimentos situados na vida dos indivíduos que, apesar de serem gerais para todos os grupos sociais (ou coortes – faixas etárias), são particulares/significativos em suas consequências para os indivíduos. Neste sentido, eventos ocorrem dentro das trajetórias e, dependendo de sua natureza, duração e dos recursos, motivações, crenças e definições que o agente traz para a situação, podem tanto reforçar padrões emergentes de trajetórias bem como alterar ou redirecionar uma trajetória processual. Quando os eventos desencadeiam uma descontinuidade em transições, trajetórias ou no curso de vida como um todo são denominados *pontos de virada*. (GOES ET AL, 2019).

Também buscamos observar nas narrativas o papel desempenhado pelos quatro princípios analíticos da perspectiva do curso de vida, a fim de considerar simultânea e diacronicamente os níveis macro e microestruturais:

- Os princípios *do tempo histórico e lugar geográfico* se referem ao contexto em que o curso de vida está imerso e como este é modelado pela especificidade do tempo histórico e dos lugares. Assim, situar os indivíduos no tempo e espaço permite compreender como estes constroem a ação individual e exercem diferentes influências sobre os indivíduos a depender de seu gênero, sua raça, sua idade ou sua classe social.

- O princípio das *vidas ligadas* parte da ideia que as relações sociais são estruturadas em redes de interdependência que perduram ao longo do tempo e exercem algum tipo de controle sobre os indivíduos ao incentivar ou restringir alguns atos e comportamentos (GRANOVETTER, 1985; ELIAS, 2008). A interdependência faz com que algumas trajetórias, transições ou eventos individuais implica, geralmente, em conectividade com trajetórias, transições ou eventos na vida de outras pessoas, seja no nível familiar ou mesmo entre amigos, pares e vizinhos.
- O *princípio da agência* parte da ideia de que os indivíduos não são meros fantoches das influências e constrangimentos estruturais. Eles fazem escolhas e contornam as adversidades para construir seu próprio curso de vida, ainda que esse poder de escolha seja exercido dentro de uma *estrutura de oportunidades* que traz limitações provenientes do contexto sócio histórico em que se vive. É nesta dimensão que se encaixa a clássica discussão sociológica sobre os cursos de ação, isto é, a sequência ordenada de ações que uma mesma pessoa executa, ao longo do tempo, para realizar projetos precisos, relativos às esferas educacionais, profissionais ou interpessoais ou para defender convicções profundas, sejam elas religiosas, políticas ou ontológicas (BERTAUX, 2014).
- Por fim, o *princípio da idade* se refere às expectativas e normas para a performance individual, assim como a ideia de que o controle social e as implicações que os eventos podem ter nas realizações e comportamentos futuros variam confor-

me a idade (SAMPSON; LAUB, 1993). Um mesmo acontecimento pode ter pesos e consequências diferentes na vida de um indivíduo dependendo da idade em que se passa. Assim, o interesse está em saber quando um evento acontece na vida de uma pessoa, e se este aconteceu cedo ou tarde em relação a outras pessoas e às expectativas normativas.

Munidos por esse ferramental teórico-analítico, buscamos apresentar aqui os desafios de ingressar no campo para coletar dados onde ficamos entre a suspeição e a empatia. O que alcançamos e o que aprendemos e, sobretudo, como a realidade empírica se apresenta, no caso de estudos como este, de modo tão desafiador, exigindo dos pesquisadores um “jogo de cintura” que só enriquece a pesquisa dessa natureza.

Entre setembro de 2018 e fevereiro de 2019, visitamos 109 endereços na cidade de Belo Horizonte. Depois de mais ou menos três anos da elaboração do PIA, muitos jovens mudaram de endereço. Em alguns casos, os vizinhos não souberam informar se ali residiu em algum momento a pessoa com aquele nome. Houveram situações de desencontro entre os pesquisadores e os jovens, uma vez que as visitas aconteciam em dia úteis em horário comercial. Depois de 6 meses de trabalho, encerramos o campo após realizar somente 13 entrevistas. Os levantamentos externos realizados pela equipe da pesquisa indicaram que dos 373 jovens da amostra inicial, 16 haviam sido assassinados e 69 estavam aprisionados no sistema adulto.

A forma como a metodologia da pesquisa foi pensada acompanha uma cadeia de elementos que ultrapassam o campo de observação empírico propriamente dito, isto é, a trama heterogênea de instituições

de compõe os dispositivos de normalização e sua incidência sobre os indivíduos (HIRATA,2010). Nesse sentido, verificamos localmente a existência de redes entre os jovens e atores como o Estado, os mercados formais e informais e fenômenos como a 'epidemia' de mortes violentas e o hiperencarceramento no Brasil e os efeitos nefastos da política de Guerra às Drogas. A descrição destas cenas e das situações de entrevista foram documentadas em notas de campo que foram rascunhadas em memorandos gravados em áudio e ainda no mesmo dia, esses rascunhos foram organizados em forma de um relato mais coerente daquilo que foi observado. Isso nos permitiu descrever de forma mais densa e posteriormente refletir de maneira mais delongada sobre as situações vivenciadas em campo e o desafio que elas representaram para os pesquisadores.

Para Sanjek (1990) voltamos do campo com dois tipos de nota: notas de campo e notas de cabeça. As notas de cabeça são aspectos que trazemos na memória sobre as experiências que vivemos. No entanto, sabemos que a medida que o tempo passa nossa percepção pode mudar e vários detalhes podem ser esquecidos. Por outro lado, as notas de campo são documentos que demonstram de maneira concreta que o exercício de escrita também é um exercício de observação das situações, dos sujeitos e do próprio pesquisador. Uma vez colocadas no papel, essas impressões tornam-se estáticas e podem ser confrontadas com impressões posteriores e mais distanciadas, fornecendo material para a construção da etnografia propriamente dita. Na próxima sessão, relataremos algumas experiências nas idas à campo com base nas notas produzidas pelos autores do presente trabalho.

2. RELATOS DE CAMPO E SITUAÇÕES DE ENTREVISTA

O trânsito pelos territórios levou os integrantes da equipe a lugares da cidade que anteriormente eram desconhecidos. A ausência de familiaridade contribuiu para a elaboração mais detalhada das características das vias, das casas e de eventos como as intervenções urbanas realizadas pela prefeitura em vários bairros periféricos e vilas da capital mineira. Porém, o desconhecimento das áreas também se traduziu em dificuldades de localização e orientação dos pesquisadores em campo.

Tivemos dificuldades em localizar o primeiro endereço por conta da numeração confusa e da intervenção urbanística que estava ocorrendo no local. Paramos para perguntar em um bar e a dona, que mora na região há 18 anos, nos informou que vários moradores foram desalojados e várias casas foram destruídas em função da intervenção. No meio dessa estava uma das casas que procurávamos. No entanto, segundo a dona do bar, o jovem estava preso e sua família havia sido expulsa do lugar antes mesmo da intervenção urbana. A rua recém-aberta na frente do bar começava a ser asfaltada naquele momento. A dona do bar nos informou ainda sobre o outro jovem que procurávamos. Segundo ela, o jovem havia 'fugido do crime' e se mudado para o Rio de Janeiro.

Encontrar os endereços também não significava localizar os jovens. Essa observação contribuiu para solidificar a hipótese de que uma das razões de termos conseguido realizar poucas entrevistas frente ao número de visitas, se deve a um fenômeno de migração que atinge esse público, que é fomentado pela atuação das agências do Estado

ou pela própria dinâmica da criminalidade no local. Além disso, as notas de campo contribuíram muito para o desenvolvimento de alguma reflexividade a respeito das situações em que as entrevistas ocorreram. Passamos agora a explorar essas situações.

2.1 A Recusa

Superada a dificuldade de encontrar os sujeitos de pesquisa, a etapa de convencimento era o segundo desafio. Se por um lado a estratégia de não focar na trajetória infracional durante a apresentação possibilitava que o relato contemplasse a pluralidade das vivências do jovem, por outro, uma apresentação mais genérica deixava dúvidas quanto o que se esperava desse encontro. Associado a outros fatores de incerteza como a surpresa da visita, o fato de os jovens desconhecerem os pesquisadores e o caráter invasivo da abordagem domiciliar, constituía-se um cenário desfavorável para a interlocução. No entanto, outros fatores muito singulares sobre o momento em que essa abordagem ocorreu - impossíveis de antecipação - influenciaram na decisão do jovem em colaborar com a pesquisa ou não. Um exemplo desse tipo de situação pode ser observada no relato abaixo.

Tocamos campainha na casa e ninguém nos atendeu. Resolvemos tocar então na casa vizinha. A vizinha disse que o Beto e a mãe residem no local e relatou que ele tinha ido ao hospital com sua companheira grávida, que estava passando muito mal. A vizinha relatou que essa gravidez era muito esperada e que todos estavam com medo de que a companheira do jovem perdesse o bebê.

Depois de três ou quatro semanas, estávamos novamente na região da casa de

Beto. Passamos pela rua e decidimos tocar novamente na casa. Beto nos atendeu de maneira receptiva e pediu para que entrássemos. Ele estava sem camisa, sendo que seu braço e tronco exibiam várias tatuagens, duas delas recém feitas. Sua companheira estava em casa, mas não parecia muito contente. Tentamos quebrar o gelo perguntando sobre as tatuagens, mas minha tentativa não surtiu efeito. Beto não rendeu muito assunto. Passamos então a explicar sobre a pesquisa. Quando dissemos que estávamos querendo saber sobre sua história de vida, Beto imediatamente fechou-se e disse que não gostaria de participar. Assentimos de sua decisão e fomos embora de sua casa.

Deduzimos através da situação que Beto não quis se abrir porque sua companheira havia perdido o bebê. Neste caso, fazê-lo falar de sua vida, necessariamente o levaria a falar de sua perda, o que intensificaria seu sofrimento ao invés de empoderá-lo. Talvez não recebêssemos a negativa se tivéssemos ido em outro momento ou se a companheira de Beto não tivesse perdido o bebê. Trata-se assim, de uma questão situacional em que o pesquisador fica à mercê dos eventos que estão ocorrendo na vida de seus sujeitos de pesquisa.

2.2 O jovem, a casa, a família

Encontrado o endereço e o jovem disposto a participar da pesquisa, adentramos ao universo de sua privacidade. A penetração dos pesquisadores na intimidade do lar pode representar um aspecto problemático em função dos possíveis constrangimentos advindos da visita de desconhecidos. Numa cena em que dois jovens estudantes universitários brancos entram na casa humilde de

uma senhora negra em busca de um filho ou um neto em função de uma passagem deste pelo SJJ, frases como “não repara a bagunça”, “a casa é simples” ou “a casa é de gente humilde”, revelam o aspecto de violência simbólica e de distância social na interação entre os pesquisadores e os sujeitos de pesquisa. Além disso, as diferenças de capital cultural entre pesquisador e pesquisado expressas através da linguagem e outros elementos, também podem se transformar em uma forma de violência simbólica, contribuindo ainda mais para constranger o sujeito de pesquisa (BOURDIEU, 1999).

Ainda, a procura dos pesquisadores por uma pessoa específica, em um endereço específico gera curiosidade e desconfiança por parte dos demais membros da família. Situação esta que também pode remeter a atuação da polícia no mesmo contexto. O caráter privado da conversa entre os pesquisadores e seus interlocutores podem instituir um mistério sobre as intenções dos pesquisadores e sobre o conteúdo dos diálogos travados com os sujeitos de pesquisa.

A despeito da tentativa dos pesquisadores em buscar um espaço mais reservado para a realização da narrativa, a presença de outras pessoas no ambiente doméstico pode modular o relato do jovem. Dependendo da diferença entre a fachada elaborada para os pesquisadores e a fachada elaborada no ambiente familiar, o simples fato de haver outras pessoas na residência pode colocar em risco a persona projetada no cenário de sua casa (GOFFMAN, 1975).

Por fim, para além do contexto privado do cenário em que se dá o encontro entre os pesquisadores e os interlocutores, os elementos presentes no cenário podem funcionar como gatilhos para a memória e para

o estabelecimento de alguma forma de transferência neste encontro. O relato abaixo exemplifica esses pontos.

Chegamos nas proximidades do endereço indicado e pedimos informação na entrada de um beco. Um senhor, que morava nesse beco, nos ajudou a encontrar a casa do adolescente. A casa tinha muitos moradores, era muito apertada e ainda comportava o funcionamento de um pequeno bar. Houve dificuldade em achar um lugar onde Tales se sentisse a vontade para falar. A namorada dele estava presente e parecia bastante apreensiva com nossa presença. Tivemos de insistir sutilmente para que a conversa fosse um pouco mais privada. Ainda assim, várias vezes durante a entrevista, a avó, a sobrinha e a namorada do jovem com a filha deles entraram no quarto.

Iniciando a narrativa, Tales começou com um discurso muito montado, dizendo que sua infância havia sido boa e que sua família tinha sido boa com ele, sendo a questão da religião muito presente em seu discurso. O caráter montado da narrativa ficou mais evidente com a fala “essa é a história da minha vida”, com a qual tentou terminar a entrevista. A partir disso, os pesquisadores tentaram puxar alguns pontos da sua narrativa. O jovem narrou então a morte de dois primos que estavam envolvidos com o tráfico. Disse que era muito ligado aos primos e a morte deles o abalou profundamente. No quarto onde realizamos a entrevista havia um imenso pôster com uma imagem quase em tamanho real de um dos falecidos primos, que acabou servindo como motivador durante alguns momentos de sua fala.

Tales contou também que mantinha um relacionamento com uma garota cujo irmão era envolvido com o tráfico. Após brigar com o irmão dessa garota, terminou esse relacionamento, voltou a frequentar a igreja evangélica e começou a se relacionar com sua atual companheira, que é mãe de sua filha. É nesse contexto em que ele localiza o fim de uma fase ruim, em que ele fazia “muita coisa errada”, mas sem expor de maneira direta sua trajetória infracional. Ele mencionou apenas que bebia muito, era ‘brigador’ e frequentava bailes funk, chegando a passar 3 ou 4 dias fora de casa. Ele associa sua conversão com a figura da mãe. Relatou uma certa culpa, uma vez que, sua mãe o chamava para ir ao culto, mas ele preferia ir aos bailes funk. A partir disso, pontuou sua mudança de conduta dizendo que hoje ele quem chama a mãe para ir ao culto, localizando com um plano futuro tornar-se pastor. Podemos especular se Tales evitou dar mais detalhes em função da proximidade de seus familiares no momento da entrevista.

Nesse caso, havia um clima de suspeição e animosidade muito grande em relação a presença dos pesquisadores na casa de Tales. Seus familiares não nos dirigiram nenhuma palavra sequer. É possível que os familiares tenham nos interpretado como ‘fiscais’ do socioeducativo.

Após a realização da entrevista, não foi possível entrar em contato novamente com o jovem. Em outras duas ocasiões estivemos em sua casa, mas seus familiares recusaram nos receber e disseram que o jovem estava trabalhando.

2.3 A Mãe

No escopo da pesquisa, não havia o plane-

jamento inicial de entrevistar as mães dos adolescentes. Porém, na busca ativa dos adolescentes, nos diversos espaços por onde percorremos, a figura era quase sempre a primeira que surgia. E quando explicávamos o motivo da nossa visita, muitas delas se impuseram: “*eu também quero falar*”. A partir daí os relatos das mães assumiram lugar central para a compreensão sobre o envolvimento infracional dos adolescentes.

Procuramos pelo endereço, mas a numeração da rua variava de maneira esquizofrênica de modo que não conseguimos achar o endereço que procurávamos. Batemos em uma casa e fomos atendidos por uma senhora que disse conhecer Eliane. Quando perguntamos sobre Wagner, a vizinha logo desconversou e disse que seria melhor que perguntássemos diretamente para Eliane. A vizinha nos apontou o endereço, mas este estava vazio. Voltamos um pouco mais tarde e quando chegamos Eliane já estava à nossa espera.

A casa ficava para baixo do nível da rua. Havia uma escada de metal que caía direto no espaço dedicado ao mesmo tempo a sala e a cozinha. A casa parecia ter mais dois cômodos, sendo um deles o quarto de Eliane, com uma cama de casal. As paredes da sala, ainda no reboco, estavam repletas de fotos. Dissemos para Eliane que estávamos procurando seu filho por conta de uma pesquisa e ela respondeu pesarosamente que ele e o irmão estavam presos, mas que ela poderia contar sua história. A ex-companheira de Wagner, Fernanda, estava presente no momento em que chegamos na casa de Eliane, mas saiu no meio da entrevista. Isso deu maior liberdade para que Eliane nos contasse que Fernanda se separou

de Wagner, por causa de sua prisão e já estava em outro relacionamento.

Ela se dispôs a contar sua própria história de vida. Nos contou que tinha sete irmãos e morou 12 anos na rua com sua família, que se mantinha com reciclagem. Disse que teve muita dificuldade para estudar porque ajudava sua mãe com o trabalho, mas que apesar de ter vivido na rua, orgulhava-se de nunca ter se prostituído ou se envolvido com o tráfico de drogas. Alguns anos mais tarde, a experiência com reciclagem lhe valeu um emprego com carteira assinada.

A maternidade apareceu rápido na sua vida. Aos 20 anos teve o primeiro de seus quatro filhos. Sua terceira filha, Juliana, tem 20 anos já é casada e está esperando o segundo filho, mas encontra-se em uma situação complicada pois ela e o esposo estão desempregados. Sua quarta e última filha (com o atual companheiro) veio há 3 anos, ao mesmo tempo em que sua filha do meio e a ex-companheira de Wagner engravidaram. Por ocasião de sua gravidez em idade avançada (48 anos de idade), Eliane teve alguns problemas de saúde que a levaram a deixar o emprego.

O pai dos seus dois primeiros filhos nunca foi presente e os garotos desde muito novos causaram muitos problemas para a mãe. Eliane relatou que desde que eles tinham 9 anos, ela era sempre convocada a ir à delegacia. Disse que não foi por falta de opção que eles entraram para o crime, porque ela trabalhava muito para suprir as necessidades da família e que comparado com sua própria história, os filhos não podiam reclamar da vida humilde que viviam. Eliane ressaltou várias vezes que a escolha pela criminalidade

não foi culpa dela e sim escolha de cada um de seus filhos. Wagner está preso há 3 anos e seu irmão chegou a sair da cadeia em agosto de 2018, mas depois de uma semana de liberdade ele foi preso novamente.

Ela disse que ganha dinheiro quem estudou, sendo que ela que não havia estudado deveria se contentar com dinheiro humilde, mas honesto. Disse que expõem sempre isso aos seus filhos: “O que vocês têm agora que estão atrás das grades?”. Atualmente ela está desempregada e não tem condições de visitar periodicamente os filhos, nem de levar chinelos e outros itens de higiene básicos que não são fornecidos nas prisões. Além do custo material, Eliane relatou estar emocionalmente esgotada, sendo essa uma das razões que a levaram deixar de visitar os filhos na prisão. Para ela, Wagner está perdendo a melhor parte da vida de seu filho. “Vale a pena tudo isso, Wagner?” - perguntava Eliane chorando durante a entrevista. As fotos coladas na parede da sala ajudaram a reforçar o tom emocionado da entrevistada. Eliane disse que gostava muito de retratos, porque eles recuperam lembranças de momentos passados e nos mostrou várias fotografias de seus filhos.

Acreditamos que três fatores foram determinantes para que a entrevistada se sentisse mais à vontade diante dos pesquisadores: a ausência de plateia, de gravador e o sentimento de carência expresso na necessidade de compartilhar a própria perspectiva. Segundo Bourdieu (1999), os pesquisados mais carentes geralmente aproveitam a situação da entrevista para se fazer ouvir, compartilhar sua experiência e construir seu ponto de vista sobre eles mesmos e sobre o mundo. Assim, uma entrevista pode

ser um momento de desabafo e até mesmo de autoanálise. Porém, neste desabafo em específico, ao retomar sua própria história, Eliana marca seu orgulho em traçar os melhores caminhos que lhes eram possíveis dadas às dificuldades enfrentadas na infância e adolescência. Posteriormente compara com as possibilidades de trajetórias, significativamente mais amplas dos filhos, que só foram possíveis graças á seu esforço, dado que a participação paterna na criação dos filhos foi mínima. Esses apontamentos evidenciam a existência de conflitos intra-familiares, decorrentes das divergências de pensamentos entre os sujeitos, apesar de serem norteados por uma forte relação afetiva. Contudo, o reforço da narrativa de que os caminhos escolhidos pelo filho não são de responsabilidade dessa mãe e construção de uma imagem de uma mulher forte que superou as dificuldades para proporcionar uma vida melhor para os filhos, demonstra também o papel da mãe perante a sociedade, que é posto á prova quando o comportamento dos filhos não é condizente com o que se é esperado. Esse esforço por parte de Eliane em demonstrar que cumpriu com seu papel social, de cuidadora, e de justificar os desvios do filho como algo alheio a seu controle, também diz muito de uma necessidade de justificação das ações desses filhos perante uma quebra de expectativa de uma moralidade mais ampla.

Já o relato seguinte, consiste em uma espécie de desabafo, no qual a mãe adotiva da jovem Luana parecia aliviada e até mesmo feliz com sua prisão. Nesse contexto, assim como na narrativa acima, a ausência de plateia e de gravador podem ter contribuído para o aparecimento desse aspecto da relação entre mãe e filha durante a fala de Helena. Acerca deste ponto, chama-se aten-

ção para o papel das mães adotivas perante a sociedade. Segundo Cláudia Fonseca (2002), a circulação de crianças entre uma rede de adultos próximos que se estende para além do próprio grupo de parentes é costumeira em determinados contextos. Dessa forma, a relação construída entre quem cuida e quem é cuidado é vista de forma diferenciada do conceito de adoção, como utilizado em grande parte pelas classes médias, porém, não opositor a ele. Esta relação se apresenta de forma mais fluida sem a necessidade de artifícios jurídicos ou formais. Independente do emprego do termo 'mãe adotiva', utilizado no relato, são observados alguns indícios de que a relação entre Luana e Helena apresenta muitas características dessa informalidade além do caráter efêmero.

Chegamos no endereço indicado pela manhã. Batemos na casa, mas ela estava vazia. Batemos então na vizinha, que logo nos deu a notícia que Luana estava presa. Depois ela contou que Luana tinha sido adotada e quem morava ali na casa ao lado era Helena, mãe adotiva de Luana. A vizinha ainda nos contou que a mãe adotiva da jovem tinha ido ao centro socioeducativo do Horto pegar laudos psiquiátricos da adolescente com o objetivo de obter alguma atenuação em sua pena. Voltamos no mesmo endereço mais tarde nesse mesmo dia. Quando chegamos fomos surpreendidos por Helena que chegava em casa no mesmo momento.

Helena é testemunha de Jeová e é cuidadora de uma senhora que tem uma doença degenerativa ou mental. Ela parece viver a vida praticamente dedicando-se ao cuidado e justificou essa opção durante a entrevista com base em sua re-

ligião. Ela nos contou que Luana, é neta do seu ex-marido. Segundo seu relato, os pais biológicos tinham problemas com drogas e sua mãe abandonou a filha aos 11 meses de idade. Luana quando se deu conta desse abandono começou a se cortar e desenvolver uma certa rebeldia. Helena conta que Luana, desde os 11 anos, fumava maconha na escola. Sua adolescência foi muito intensa e durante essa fase, ela se descobriu como uma pessoa trans e passou a adotar um visual masculino. A mãe disse que recebia as namoradas de sua filha, mas não permitia demonstrações de afeto nem que dormissem juntas. Quando a mãe da senhora que Helena cuida morreu ela passou a residir na casa de sua paciente, deixando seu barracão para Luana.

Nas palavras de Helena, “Luana passou por várias medidas socioeducativas na adolescência e não se regenerou”. Num determinado momento, Luana tomou contato com o universo rave e começou a ir em festas, iniciando assim o uso de drogas sintéticas. Segundo Helena, a jovem conheceu uma pessoa que a inseriu no tráfico desse tipo de substância. Helena disse que Luana chegou a viajar para o Rio de Janeiro, sendo que ela acredita que essa viagem teve ligação com suas atividades ilegais. Essa pessoa para quem Luana trabalhava (João), segundo Helena, era uma pessoa perigosa, que já havia sido presa e que estava sendo investigado.

Helena disse que tinha feito uma cirurgia e a jovem estava com ela e que houve um momento em que João ligou para a jovem e pediu para que ela fizesse um ‘correr’ pra ele. Segundo a narrativa da mãe, Luana tentou se negar a fazer esse servi-

ço, mas foi e acabou sendo presa por tráfico. A mãe adotiva agora está correndo atrás de laudos psiquiátricos que trazem diagnósticos dos seus “vários problemas psicológicos”, para atenuar a pena. Ao fim da entrevista, ela nos disse aliviada agora que Luana foi presa, ela poderia ter um celular e cuidar de si mesma, porque antes a jovem a subtraía seus pertences para comprar drogas.

Mesmo aliviada pela prisão da filha adotiva, Helena segue tomando providências para reduzir o tempo da pena de Luana. É possível que este ato se justifique pela fachada de ‘cuidadora’ que Helena projetou em todo o relato. Essa fachada é reforçada quando Helena diz que trabalha como cuidadora, justificando sua atividade profissional com base em sua religião e quando adota compulsoriamente uma criança da família estendida. Neste caso, chama a atenção de que a pessoa responsável pelos cuidados com a menor seja uma mulher, como na grande maioria dos casos, mas que se vincula á adolescente através dos laços consanguíneos do seu ex-marido. Durante a fala, também é destacado o simbolismo do abandono materno de Luana como prejudicial para seu comportamento, reforçando o papel da mulher como responsável pelos cuidados das crianças. A vinculação paterna ou do avô não é questionada em nenhum momento, apesar do parentesco com estes homens se apresentarem de forma bastante clara na genealogia da identidade social (FONSECA, 2002).

Assim, para além das questões propriamente metodológicas, em ambos os trechos citados nessa seção, chama a atenção certas características da sociabilidade familiar. Em ambos os casos, a responsabilização

pelas ações dos filhos é imputada sobre a mãe, mesmo que de forma subjetiva, como percebido na importância de marcar a não culpa na fala de Eliane, como uma forma de defesa de julgamentos externos. Ou mesmo como observado na fala de Helena no trecho em que responsabiliza o abandono da mãe biológica de Luana como responsável pelo início de um comportamento 'inadequado' da jovem. Ainda assim, Helena faz questão de deixar claro que apesar de todos os conflitos, não está abandonado Luana á própria sorte, continuando com alguns cuidados voltados principalmente para a situação infracional da jovem. Porém, esta manutenção de alguma responsabilidade sobre Luana, Helena vê a internação como uma chance de recomeço para si própria, demonstrando ambiguidades nesta relação.

2.4 A Rua

Entrevistas realizadas em locais públicos podem representar um desafio, uma vez que estão sujeitas à uma série de intervenções externas sobre as quais o pesquisador não possui controle nem capacidade de antecipar-se. Assim como o cenário privado possui suas especificidades que modelam o discurso, o mesmo se processa no ambiente público. Os sujeitos tendem projetar fachadas alinhadas com a constituição da plateia e em alguns casos utilizar do fato de que os pesquisadores estão interessados em sua história como uma forma de distinção perante essa plateia. A presença dos pesquisadores constitui um evento singular no desenrolar da vida cotidiana. Por esse motivo, na interação os interlocutores modelam não só a fala, como também seu comportamento, deixando de realizar determinadas práticas na frente dos pesquisadores. No relato a seguir, podemos observar isso através da atitude do

entrevistado que deixou de fumar um cigarro de maconha durante o diálogo.

Uma dupla de pesquisadoras já havia feito a primeira parte da entrevista e pediram que um pesquisador se juntasse a elas no momento da aplicação dos questionários. As duas pesquisadoras relataram que se sentiram inseguras uma vez que o jovem estava envolvido no tráfico de drogas e pediu para que a entrevista fosse realizada na rua, aos olhos dos outros colegas que eventualmente interpelaram as pesquisadoras de forma que elas consideraram inadequada.

Na entrada da rua que dá acesso à comunidade havia uma geladeira que fechava o trânsito. No fim desta mesma rua operários trabalhavam na abertura de uma rua em meio às casas. Nesse lugar haviam vários jovens parados na porta de uma casa em frente a um bar. Fernando veio ao encontro dos pesquisadores trazendo na palma de sua mão esquerda um punhado de maconha. Ao ver os membros da equipe o jovem não demonstrou abertura e perguntou se tinha mesmo de ser ele o entrevistado. Mas ele arrumou um lugar na calçada para que pudéssemos sentar e conversar. Enquanto respondia as perguntas, Fernando enrolou seu baseado e colocou-o atrás da orelha. Relatou com notável articulação a forma de organização do tráfico, as normativas que este impõe sobre a comunidade, a forma violenta de atuação da polícia, as prisões e mortes de colegas. Durante a entrevista, muitas pessoas o interpelaram. Um sujeito veio pagar Fernando. Um outro puxou papo com as pesquisadoras dizendo que tratava seus dentes na universidade. Os jovens que estavam na rua perguntaram se a equipe de pesquisadores era do ENEM.

Nessa situação, o fato de procurarmos uma pessoa específica foi usado pelo entrevistado como um mecanismo de distinção em relação aos seus colegas. Isso pode ser inferido pela sua opção em conceder a entrevista na rua e em sua resposta aos colegas ao dizer que “o ENEM veio até ele”. É importante frisar que não havia uma atitude de suspeição de Fernando em relação aos pesquisadores. O próprio contexto deixava explícito a continuidade de seu envolvimento de modo que é possível pensar que este se sentiu confortável para falar sobre o que estava diante dos olhos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo considerando que cada momento do encontro entre pesquisador e sujeito de pesquisa são momentos únicos em sua composição, o que se busca ao definir estratégias de pesquisa de campo é alcançar algum nível de padronização para que os resultados sejam minimamente comparáveis. Nesse sentido, o desafio do campo qualitativo é estabelecer padrões, muito mais por parte do comportamento do pesquisador, para lidar com sujeitos múltiplos e singulares em suas vivências, comportamentos e reações aos estímulos planejados pela pesquisa. Sem a pretensão de esgotarmos o assunto, este artigo pretendeu contribuir para discussão metodológica dos desafios do trabalho de campo e também dos fatores que influenciam na relação sujeito e pesquisador e que, em certa medida pode acabar influenciando no resultado das informações fornecidas.

Sendo assim, talvez outras formas de abordagem ou outros tipos de desenhos de pesquisa pudessem gerar resultados diferentes no que se refere à relação de confiança e a influência dos cenários sobre os relatos. A re-

lação de suspeição que impera no momento da construção do PIA, em alguns casos acaba transbordando para o encontro entre os pesquisadores e os sujeitos de pesquisa, o que acaba representando um enorme desafio para uma pesquisa que pretende investigar o curso de vida de indivíduos. Certamente, como nos instrui Bourdieu (1999), se a entrada no campo fosse mediada por uma terceira pessoa com a qual o sujeito já possuía uma relação próxima, o caminho para superação da suspeição poderia ser encurtado, já que o sujeito teria de antemão informações sobre o pesquisador, o qual não seria mais um completo desconhecido.

Porém, na pesquisa em questão, esta não era uma possibilidade, dado a ausência de algo em comum no cotidiano atual dos sujeitos que os ligasse e que pudesse ser usado como ponte para a entrada. Sobre os cenários, ficou claro durante o desenvolvimento do campo, a necessidade de buscar um local mais neutro possível, ao mesmo tempo em que foi constatada a impossibilidade dessa exigência. Diante da realidade apresentada no campo, ficamos diante de uma escolha: ou se abre mão de um ambiente controlado ou a possibilidade de realização da pesquisa diminui drasticamente.

Conforme discutimos ao longo deste artigo o trabalho de campo apresentou inúmeros desafios e dificuldades. A orientação em áreas geográficas desconhecidas pelos pesquisadores e a localização de sujeitos de pesquisa com vínculos delicados com o território se apresentam como barreiras a serem superadas. Além disso, o momento na vida em que os pesquisadores abordam os sujeitos pode contribuir ou inibir a participação destes na pesquisa. Também constatamos que o cenário em que ocorre a intera-

ção entre o sujeito e os pesquisadores pode influenciar na construção da narrativa.

Verificamos que as narrativas realizadas em cenários privados acabaram possibilitando o compartilhamento de questões íntimas dos sujeitos com os pesquisadores. No entanto, esse compartilhamento foi modelado pela presença ou ausência de uma plateia composta pelos familiares. A influência da plateia também foi notada na narrativa realizada em cenário público. Nesse caso, plateia composta pelos pares do jovem e por transeuntes, em alguns momentos se tornou coadjuvante da representação ali encenada, modulando o discurso ou sendo usada como um ponto de apoio ou claque para que o jovem entrevistado reforçasse para os pesquisadores a fachada que ele desejava projetar para os mesmos. Assim, a ficção sobre sua história de vida que os entrevistados constroem e oferecem aos pesquisadores dependem de elementos situacionais e podem ser encarados como uma representação, dentre tantas possíveis, sobre o eu.

4. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, B. G. M. (2016) **Racionalidade prática do isolamento institucional: um estudo da execução da medida socioeducativa de internação em São Paulo**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, USP.

ALMEIDA, B. G. M. (2017) **A produção do fato da transformação do adolescente: uma análise dos relatos utilizados na execução da medida socioeducativa de internação**. Plural-Revista de Ciências Sociais, v. 24, n. 1, p. 28-53.

BEATO, C.; ZILLI, L. F. (2012) **A estruturação de atividades criminosas: um estudo de caso**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 27 (80): 71-88.

BENSON, Michael L. (2012) **Crime and Live Course – An Introduction**. Routledge, 2nd Edition.

BOURDIEU, Pierre. (1999) **A miséria do mundo**. 3ª edição. Petrópolis: Vozes.

CAMPOS, M. S. (2015) **Pela Metade: As Principais Implicações Da Nova Lei De Drogas No Sistema De Justiça Criminal Em São Paulo**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, USP.

ELDER, G. H. Jr. (1985) **Perspectives on life course**. Ithaca, New York. Cornell University Press.

ELDER, G. H., & ROCKWELL, R. C. (1979) **The life-course and human development: An ecological perspective**. *International Journal of Behavioral Development*, 2(1), 1-21.

FONSECA, Claudia. **Mãe é Uma Só?: Reflexões em Torno de Alguns Casos Brasileiros**. Psicol. USP, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 49-68, 2002

FOUCAULT, Michel. (2008) **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis: Rio de Janeiro.

GARLAND, David. (1996) **The limits of the sovereign states: strategies of Crime Control in Contemporary Society**. *The British Journal of Criminology*, v. 36, n. 4, p. 445-471.

GOES, Rodrigo L., WERMELINGER, Claudia, OLIVEIRA, Lucas C. P., SILVA, Bráulio F. A. da. **Trajetórias e narrativas de adolescentes envolvidos com a criminalidade: os objetos e suas formas de aproximação em transdisciplinaridade**. *Psicologia em Revista* v. 25 n. 1, 2019

GOFFMAN, E. (1975) **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Zahar Editores. Rio de Janeiro.

GOFFMAN, E. (1975). **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis, Editora Vozes.

GRANOVETTER, Mark. (1985) **Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness**. *American Journal of Sociology*. Vol. 91. nov.

HIRATA, D. (2010) **Sobreviver na Adversidade: entre o mercado e a vida**. Tese, Universidade de São Paulo.

HOGAN, Denis P. (1980) **The Transition To Adulthood As A Career Contingency**. *American Sociological Review*. Vol. 45. April.

HUGHES, E. C. (1958) **Men and their work**. New York, The Free Press of Glencoe.

LEMGRUBER, J.; BOITEUX, L. (2014) **O Fracasso da Guerra às Drogas. In: Crime, Polícia e Justiça no Brasil.** Lima, R. S.; Ratton J. L.; Azevedo, R. G. [org.] – São Paulo: Contexto.

LYRA, Diogo. (2013) **A República dos Meninos: juventude, tráfico e virtude** – Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ.

MALVASI, Paulo Artur. (2012) **Interfaces da vida loka: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, USP.

PAULA, L. (2014) **Justiça Juvenil. In: Crime, Polícia e Justiça no Brasil.** Lima, R. S.; Ratton J. L.; Azevedo, R. G. [org.] – São Paulo: Contexto.

SAMPSON, R. J., & LAUB, J. H. (1993) **Crime in the making: pathways and turning points through life.** Cambridge, Mass, Harvard University Press.

SAMPSON, Robert J; LAUB, John H. (2005) **A Life-Course View of the Development of Crime.** Annals of the American Academy of Political and Social Science 602. 12-45.

SANJEK, Roger. (1990) **A vocabulary for fieldnotes.** Fieldnotes: The makings of anthropology, p. 92-121.

SHAW, Clifford R. **The jack-roller: A delinquent boy's own story.** University of Chicago Press, [1930] 2013.

SUTHERLAND, Edwin H. (1940) **White-collar criminality.** YB, p. 138.

URRY, John. (1999) Senses. In: **Sociology Beyond Societies: Mobilities for the Twenty-first Century.** Routledge.

WACQUANT, L. (1999) **As prisões da miséria.** Rio de Janeiro: J. Zahar.

WARR, Mark. (1993) **Parents, Peers and Delinquency.** Social F

Data de submissão: 15/11/2019

Data de aceite: 18/03/2020
